



ISSN 2359-5051

Revista Diálogos Interdisciplinares GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação Interdisciplinar
de Professores

INCLUSÃO ESCOLAR E A EDUCAÇÃO ESPECIAL: DIFICULDADES E POSSIBILIDADES PARA UMA ESCOLA INCLUSIVA PARA TODOS

SCHOOL INCLUSION AND SPECIAL EDUCATION: DIFFICULTIES AND POSSIBILITIES FOR AN INCLUSIVE SCHOOL FOR ALL

Josiane Cândia Rodrigues¹

Fátima Cristina Duarte Ferreira Cunha²

RESUMO

Este estudo teve como objetivo mostrar o caminho percorrido da inclusão escolar na educação especial fundamentando-se em documentos legais, livros e publicações acadêmicas, apresentando a visão histórica, social e marcos legais. A metodologia constitui em uma pesquisa bibliográfica, e levantamentos de produções acadêmicas nas bases de dados da Scientific Eletronic library online (SciELO), Scholar Google e livros que discorrem sobre o assunto. O artigo problematiza o tema referido, mas busca também apresentar como esse tipo de educação tem avançado nos últimos tempos, com leis específicas que a define entre elas a Constituição federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 9.394/96), Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (13.146/2015). A declaração de Salamanca, entre outras que antecederam.

Palavras-chaves: Inclusão Escolar. Educação Especial. Diretrizes Legais. Escolas Inclusivas.

ABSTRACT

This study aimed to show the path taken towards school inclusion in special education based on legal documents, books and academic publications, presenting the historical, social vision and legal frameworks. The methodology consists of a bibliographical research, and surveys of academic

¹ Acadêmica do Curso de Especialização em alfabetização, letramento e educação especial: perspectivas na inclusão na diversidade cultural, UFMS, CPAQ. candiajosiane@gmail.com

² Professora Orientadora, pós doutora em Educação, UFMS, CPAQ, fatima.cunha@ufms.br



productions in the databases of the Scientific Electronic library online (SciELO), Scholar Google and books that discuss the subject. The article problematizes the aforementioned topic, but also seeks to present how this type of education has advanced in recent times, with specific laws that define it, including the Federal Constitution, the Law of Guidelines and Bases of Education (LDB, 9.394/96), Brazilian Law for the Inclusion of Persons with Disabilities (13,146/2015). The Salamanca declaration, among others that preceded it.

Keywords: School Inclusion. Special Education. Legal Guidelines, Inclusive Schools.

1.INTRODUÇÃO

Pensar em uma escola inclusiva aquela que respeite realmente as singularidades dos alunos, uma escola em que todos possam aprender com as experiências de vida, com a escuta do aluno e a desconstrução de alguns paradigmas forma o pensamento de uma escola inclusiva. A escola deve ser o lugar em que caiba todos, independentes da classe social, cor da pele, etnia, e outras características que venham a segregar aquele que dela precise.

A escola deve ser o lugar de encontros de ideias diferentes para uma finalidade comum “o melhor para aqueles que buscam conhecimento”, o conhecimento amplia a os horizontes, o modo de agir e pensar, ele quebra as barreiras da desigualdade e da desinformação, ela se despe de todos os preconceitos e discriminações.

Levando em consideração as afirmações acima este artigo teve como objetivo mostrar o caminho percorrido da inclusão escolar na educação especial fundamentando-se em documentos legais, livros e publicações acadêmicas, apresentando a visão histórica, social e marcos legais. para discorrer sobre o tema Inclusão escolar e a educação especial: Dificuldades e possibilidades para uma escola inclusiva para todos. O artigo apresenta alguns marcos legais ocorridos ao longo da história sobre inclusão e a educação especial, são eles a Declaração de Salamanca, a Lei de diretrizes e bases da educação lei nº 4.024/61, que dá início pensamento sobre a educação inclusiva, a mais recente LDB, nº 9.394/96.

Ao longo da história passamos por períodos em que a uniformização da aprendizagem era tida como certa e verdadeira, em que todos deveriam se encaixar em um modelo que era padronizado e que os não conseguissem se encaixar ficariam à margem da sociedade, tidos como ignorantes, imbecis, ou mesmo, dementes. Termos esses que eram realmente depreciar e ignorar as pessoas diferentes do padrão. Esse modelo de escola segrega aqueles que não conseguiam acompanhar o currículo imposto, por ideias ainda não estudadas e debatidas sobre o melhor os alunos especiais, um modelo posto, ou mesmo imposto, e que em alguns casos eram tomados de outros países, com outras culturas e realidades.



Encaixar todos em um só modelo e tirar aqueles que não servem para a sociedade, para o mercado de trabalho, para o crescimento e desenvolvimento do país. eram concepções, discriminatórias, abusivas e desumana, adotada pessoas que firmavam-se em nome da sua religião e do bem para toda a sociedade. Até hoje algumas escolas ainda incorrem em modelos, tidos como tradicionais, com costumes e crenças, arraigadas em intolerância, afirmando uma educação nos moldes da “família tradicional”, mas que afirmam verdadeira barbárie.

Por isso, é importante que se discuta verdadeiramente o assunto, colocando a educação desses alunos como prioridade, diante disso, o que as leis vieram garantir e novos pensadores sobre a educação ajudaram a construir, foi primeiramente derrubar as barreiras que impediam o estudante dito como diferentes, ser segregado. Esse estudante como protagonista, com verdadeiras oportunidades em uma escola mais humana e livre do afastamento imposto a ele.

A construção de conhecimento não é sinônimo de padrão, mas sim de saber respeitar o conhecimento de cada um desses alunos que faz a escola, professores, pais, envolver todos para algo muito maior, a expressão do saber no pluralismo de ideias, abertura para novas perspectivas.

2.HISTÓRIA E EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DEFINIÇÕES E POLÍTICAS.

A Constituição Federal de 1988 nos artigos: 205, 206, 208, 212 e 214 marca que esse educação deveria ser direito de todos os cidadãos, “Todos” independente de quaisquer características que venha a diferenciá-lo de outro, assegura principalmente ao estudante que eles tenha a vaga nas escolas, preferencialmente pública e que essas tenham que garantir uma educação de qualidade e respeito, independente das dificuldades que esse aluno apresente, uma escola que se adapte às condições desse aluno.

O especial da educação tem a ver com a inclusão total, incondicional de todos os alunos á escolas de seu bairro como cita Salamanca, e que ultrapassem o âmbito dos alunos com deficiências, englobando-os, sem dúvidas. Este especial da educação não é requerido apenas para a inserção de alunos com deficiência, mas para que possamos reverter uma situação vergonhosa da escola brasileira, hoje marcada pelo fracasso e pela evasão de parte significativa de seus alunos. (Mantoan, s/n).

Assim sendo, o aluno que não se enquadrar nos moldes dessa escola, antes vista como segregadoras. Sendo assim, diferente dos pensamentos anteriores que diziam respeitar esse direito, mas que no momento dessa integração tais alunos eram direcionados a instituições onde deveriam estar com seus iguais.

Para trabalhar estes assuntos que divergem ainda a sociedade, este artigo buscará fundamentar-se em pesquisa bibliográfica, em levantamentos de produções acadêmicas nas bases de dados da



Scientific Eletronic library online, anais de eventos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), Scholar Google e livros que discorrem sobre o assunto.

Diante de um tema instigante e que dá margens para professores repensarem como estão trabalhando esse formato de educação na perspectiva da inclusão escolar na educação especial.

O artigo apresenta também como esse tipo de educação tem avançado nos últimos tempos, com leis específicas, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (13.146/2015). E pensadores como Paulo Freire, Maria Teresa Mantoan entre outros que ao longo do trabalho serão referenciados.

3. INCLUSÃO SOCIAL QUALIDADE PARA TODOS

É do ser humano o costume de usar algumas frases que se tornaram costumeiras na sociedade, mas quando observadas a fundo percebe-se o grau de negatividade que carregam, essas frases tornam-se tão normais socialmente que são repetidas e passadas de geração a geração, sempre foi assim” aceita confortavelmente em algumas ocasiões, diante disso, a importância de quebra de paradigmas são essenciais, frases como essas, feitas e transmitidas e repetidas ao longo dos anos como uma forma natural e cultural, reflete anos de dominação que foi imposta a sociedade.

Formas frasais carregadas de preconceitos, credices e mitos que o conhecimento da ciência do ser humano desconstrói até hoje. Somos frutos de grandes misturas de crenças ou ideias ultrapassadas, mas que em alguns momentos observamos o quanto confuso foi a ideia de inclusão nessa sociedade.

Se tomarmos, por exemplo, a sociedade grega, onde as crianças que nasciam com algum tipo de deficiência eram jogadas de despenhadeiros, por que não cabiam naquele tipo de padrão da época, o ideal Grego retratado em telas e esculturas eram seres belos e perfeitos.

Tudo que fosse diferente daquilo que se imaginava de perfeição, para corpos bem torneados e rostos perfeitos era tido como imperfeito, aberração, um castigo dos deuses, muito se falava em “destino, palavra aceita naquela civilização para explicar tais “aberrações”, mais conforme os estudos científicos sobre o assunto aprofundava o conhecimento começava a iluminar as mentes e segundo Almeida,

[...] Mas a civilização ocidental ou não ocidental, conseguiu mesmo marcada pelo pensamento grego, reverter esse movimento do destino e criar o conceito de historicidade, em que a história e o questionamento ao inevitável; a história é a fé na rejeição dos nossos limites, desde a morte, passando pela doença, pela dor, pela forma do corpo e pela não aceitação dos limites econômicos, da escravidão, etc. (Almeida, 2017, p.9).



Este homem no processo de evolução, busca na história a aprendizagem e toma a ciência para explicar, entender e evoluir, aprendendo com a ciências ele cria estratégia e conhecimentos para viver mais e melhor, a busca pela saúde e do bem estar, e como viver com essas diferenças que faz parte da vida, despir de hipocrisias e viver em um mundo real. Superar e buscar o melhor que a vida tem a oferecer mesmo diante das adversidades que alguma deficiência antes o impediria de viver ou de buscar uma qualidade de vida, vivendo com as diferenças, sejam elas quais forem.

Isso é profundamente filosófico, é o exercício da filosofia mais refinado um exercício de busca de identidade de nós mesmo; não é meramente um aproveitamento, socioeconômico produtivista de todos os seres que estão aqui (convivendo conosco), mas é uma busca de respostas à pergunta sobre quem é o ser humano. (Almeida, 2017, p.80).

O homem para superar as barreiras contra a inclusão, cria novas formas de viver com essas deficiências ou diferenças, e as criações começam a tomar forma para uma vida mais inclusiva, construindo meios físicos que garantem mais liberdade e dignidade, como por exemplo, criação de calçadas adaptadas com inclinação, para cadeirante, pisos tátil para cegos, equipamentos diversos com som para auxiliar as pessoas com algum tipo de deficiência na visão, entre outras inovações que hoje proporciona uma vida mais digna para as pessoas com algum tipo de deficiência, com a inserção no mercado de trabalho na busca de superar as suas limitações, e conquista a liberdade.

3.1 Marcos legais nacionais e internacionais.

O pensamento da educação inclusiva passou por várias fases até chegar no modelo que temos na atualidade, se a ideia de inclusão hoje ainda não é a ideal em especial para aqueles que dela necessitam, podemos pensar nos diversos contextos até chegarmos a modernidade, quando a busca pela transformação de um sistema que vezes esteve enraizado, pelo processo pelo qual a nossa social, histórico e até mesmo econômico.

Segundo Carvalho (2016, p.61), o aluno “aprisionado” em dificuldades que a escola ainda não sabe bem como resolver, passa a ser considerado deficiente. Sobrevivendo nesta odisseia a pessoa com deficiência ou com alguma necessidade especial recebe diversas denominações, estás com palavras sutis carregadas de incoerência quando que o tornam um ser incapaz de tomar frente a sua vida ou mesmo reivindicar os seus direitos diante da sociedade que finge ser capaz de respeitar, em alguns casos até mesmo infantilizando.

A escola se apresenta como excludente, centrada no indivíduo, a causa da não apropriação do conhecimento, isentando-se de sua responsabilidade nesse processo.



Há pouco questionamento sobre a qualidade de ensino ofertado, às estratégias de ensino, o conteúdo ministrado, a relação do professor/ aluno/ escola, bem como as políticas para a educação. a interrogação se fixa no aluno e este passa a ser expressão de todas as mazelas da escola. (Campos, s/n).

O aluno com necessidades especiais recebe várias marcas, definições e rótulos, pelo não saber, como tratar essa pessoa com deficiência, ou mesmo, essa pessoa diferente do modelo que a sociedade da época definia como certo. A ignorância sobre o assunto, feriu, marcou e excluiu diversos alunos da escola, ao observar um tempo, não tão longínquo, em que era costume falava em “portador de necessidades especiais”, hoje o termo “portador” está em desuso.

O que é diferente para a sociedade, e alguns não conseguem explicar ou conviver com a diferença acaba por cair no imaginário, assim sendo, as pessoas começam a criar mitos em cima do desconhecido, um dos mitos é confundir algum tipo de deficiência ou necessidades especiais, com incapacidade, ineficiência, deste cidadão.

Se a inclusão for uma das razões fortes de mudança, temos condições de romper com os modelos conservadores da escola comum brasileira e iniciar um processo gradual, porém firme, de redirecionamento de suas práticas para melhor qualidade de ensino para todos. (Mantoan, 2006, p.5).

Para definir mais significativamente inclusão, observa algumas transformações do sentido desta palavra “inclusão”. Segundo Rodrigues: “ A inclusão é a evolução natural do sistema integrativo” (Rodrigues, 2006, p. 303).

Conforme lemos sobre o assunto percebemos que a desigualdade no mundo está aumentando e a minoria torna cada vez mais difícil a vida das pessoas, essa questão é muito difícil de resolver, visto que vivemos em um mundo capitalista em que a produtividade e a luta pelo poder econômico é motivo de guerra e desastre. Fome, mortalidade e exclusão.

A história da educação inclusiva data de bem antes de 1932 com a criação da Pestalozzi. No dia 11 de Dezembro de 1954 nasce a APAE, em 1961 surge a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e nos anos 70 começam a implementação das classes tidas como sociais nas escolas públicas, no ano de 1971 é formado o instituto dos meninos surdos de Paris, no Brasil em 1988 a Constituição Federal chega para garantir a todos os cidadãos o direito à educação, em 1994 a Declaração de Salamanca aparece nesta esfera como o divisor de águas, mas o que faz essa declaração ser tão especial é que ela recomenda que as pessoas com necessidades especiais sejam incluídas nas escolas regulares.

Aqui podemos perceber que o pensamento tomar novos direcionamento, a inclusão no sentido de fazer com que essas pessoas sintam-se parte da sociedade, se antes eram criados espaços especiais e longe do convívio com os ditos normais, a declaração de Salamanca integra aqueles que pareciam



aos olhos da sociedade não se enquadrar nos moldes desta sociedade, exemplo disso é o Art. 88.

A educação de excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade. LDB N° 4.024/61 (Brasil,1961). Observa, que se trata de um tipo de “inclusão escolar” de pessoas que deveriam caber no pensamento daquela época, para chegarmos ao que temos hoje como pensamento de uma escola inclusiva, tivemos que errar muito e aprender com esses erros.

Caminhamos entre linhas tênue sobre o que seria a igualdade e a equidade para poder criarmos a sensibilidade com tais palavras e certa compreensão.

Ao passar do tempo nasce a nova proposta da Lei de Diretrizes e bases da Educação (LDB 9.394/96), esta surge com um formato menos assistencialista, e entre um dos pontos principais no tocante a inclusão, ela chama a atenção para o atendimento gratuito às crianças com necessidades especiais, desde a educação infantil.

Art. 58 Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.(...) §3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (Brasil, 1996).

A educação escolar inclusiva caminha para um direcionamento de equidade e não mais de um molde estático e linear em que o “incluído” deveria caber naquele formato, como se fossemos máquinas, num formato tradicionais, tudo cabendo no seu quadrado, chegamos até o pensamento em que esse homem tem direitos e seus sentimentos e vontades devem ser respeitados.

No ano de 2008 a política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, garante o acesso a escolas regulares aos alunos com deficiências essa política abrange também pessoas com transtorno de desenvolvimento e altas habilidades.

Os pensamentos sobre a inclusão não teriam sentido se os profissionais que trabalham com a educação não tivessem uma boa formação, pensando nisso em 2010 e em 2017 a Base Nacional Comum Curricular apresenta nas suas regulamentações direitos fundamentais com o direito da pessoa com deficiência a liberdade, a inclusão social e a cidadania.

4. A RELAÇÃO ENTRE A INCLUSÃO E A DIVERSIDADE NO ÂMBITO ESCOLAR:

O ambiente escolar deve proporcionar para a criança a integração com outras culturas, e é na escola que deveria encontrar a pluralidade, o respeito a escola deveria ser um ambiente de colaboração, diante dessa concepção de uma escola onde ser diferente não é exclusão mais sim o sinônimo para uma escola unida em que os seus integrantes tenham sentimentos de pertencer. De



acordo com a carta magna de 1988 no Art. 205.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, 1988). São as lutas desses cidadãos, pais, mães e da sociedade que a constituição no artigo 205 floresce a concepção do direito à escolarização a todos e colocando o estado e essa família como participante desse dever que outrora, os que não se encaixavam eram presos em casa, a margem da sociedade ou esquecidos em instituições acolhedoras de pessoas “diferentes”.

Ainda em relação à inclusão e a integração, parece-me que há uma luta entre dois campos: um dos que defendem unicamente o termo inclusão e outros dos que defendem a proposta de educação inclusiva, sem desconsiderar a importância da integração como processo interativo e que deve fazer parte da educação inclusiva. Estou dizendo que o termo inclusão, por mais forte que possa parecer, não é autoexplicativo das razões que cunharam e dos objetivos de participação, solidariedade e cooperação que pretendem alcançar particularmente em nossa escola centenária e tradicionalista. (Carvalho, p.32).

É importante lembrar que mesmo hoje com todas as explicações, que têm sobre a inclusão escolar e a educação especial ainda há muita confusão quanto uma e outra e também sobre o que é verdadeiramente inclusão e quem deve participar dessa inclusão. (...) o significado de inclusão que consta nos dicionários, é o ato de inserir de colocar em, fazer figurar entre. (Carvalho, 2016, p. 70).

A palavra inclusão vai além de integrar o aluno a escola, quando se pensa em integrar podemos ter um pensamento equivocado do seu sentido, como se aquele indivíduo que fosse colocado nesta escola devesse caber naqueles padrões estabelecidos.

Diante do dilema de inclusão ou escola inclusiva percebemos que há várias questões ainda a serem colocadas, os pingos nos “is”, segundo Maria Teresa Mantoan, existem diferenças significativas sobre essas duas palavras, que se não for bem explicada deve dar margens à dúvida.

O objetivo da integração é inserir os alunos ou grupo de alunos que já foram anteriormente excluídos, e o monte da inclusão ao contrário, é o de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar, a escola inclusiva propõe um modelo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e é estruturado em favor delas. Por tudo isso, a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita ao aluno com deficiência, e ao que apresenta dificuldades de aprendizagem, mas a todos os demais, para que obtenha sucesso na corrente educativa geral. (Mantoan, p. 196).

Como já não bastasse todo o problema que esse aluno já carrega, pois aqueles que são os excluídos passam sua vida escolar quase por inteiro sendo vítimas de bullying por parte dos seus



colegas de sala de aula e em alguns casos de profissionais mal treinados e capacitados para tratar com crianças com deficiências ou problemas relacionados a aprendizagem, familiares, sociais, psicológicos, econômicos entre outros que acabam deixando eles a margem de uma educação deficitária.

Em alguns casos esses alunos acabam se evadindo da escola, pois não aguentam a pressão, e a falta de acolhimento. Problemas de diversas magnitudes faz com que os alunos que deveriam encontrar na escola seu porto seguro, acaba por evadir, e traumatizar-se com a educação a ponto deste aspecto atingir a toda a família.

Em alguns casos há escolas saudosistas de técnicas e castigos que eram direcionados principalmente a esses alunos que não conseguiam acompanhar a sala de aula. Hoje no Brasil contamos com escolas tradicionais que cultual o espírito do militarismo ou táticas religiosas voltadas a uma didática excludente, quando o objetivo é a inclusão. Se a educação avança no tocante a direitos que defenda essa maioria de excluídos, algumas escolas, não conseguem se adaptar, então a questão seria uma escola para a escola aprender como trabalhar essa questão.

4.1 Perspectivas para a Inclusão Escolar na Educação Especial

A educação especial é o campo que atua diretamente no atendimento dos alunos com deficiências, transtornos de desenvolvimento, altas habilidades e superdotação. Entre outras condições específicas embora o modelo de educação inclusiva busque integrar todos os alunos em escolas regulares a educação especial ainda é necessária em muitos casos para garantir que os alunos com necessidades específicas recebam o suporte adequado do seu aprendizado. Nesse sentido, a educação especial não deve ser confundida com a exclusão, mas sim vista como uma estratégia de adaptação e apoio ao processo. O objetivo da educação especial é assegurar que esses alunos possam desenvolver-se de maneira plena sem limitação imposta pela falta de apoio e pela inadequação das práticas pedagógicas tradicionais.

O papel da família e da sociedade é importante, por isso é necessário enfatizar que o compromisso da educação inclusiva e especial não é responsabilidade apenas da escola, a família tem o papel crucial nesse processo oferecendo suporte necessário para o desenvolvimento da criança e colaborando com os educadores na adaptação das estratégias de ensino. A família deve ser parceira na identificação das necessidades educacionais de seus filhos, participando ativamente no processo de escolarização, tanto no acompanhamento diário, quanto no fornecimento de informações e particularidade de seu filho.



Além disso, a sociedade deve também ser envolvida nesse processo promovendo um ambiente mais acessível e acolhedor para todos, isso inclui desde a adequação da infraestrutura física das escolas para garantir a acessibilidade, até ao combate de atitudes preconceituosas e estigmatizantes em relação às pessoas com deficiências. A conscientização da sociedade sobre a importância da inclusão é fundamental para a criação de uma cultura de respeito à diversidade.

Apesar dos desafios, há perspectivas otimistas para o avanço da inclusão escolar. O desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a educação inclusiva tem sido um passo importante para melhorar a qualidade de ensino para alunos com deficiência. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão (2015) são marcos legais que orientam a adoção de práticas inclusivas nas escolas.

O uso do computador e o formato de aulas permite observar os diferentes modos de aprendizagem e as relações estabelecidas com os conhecimentos. (Laplane & Domingues 2017, p.92)

Além disso, o uso de tecnologias assistivas tem se mostrado uma ferramenta valiosa na inclusão de alunos com deficiência. A tecnologia assistiva, como softwares educativos adaptados, materiais em braile e dispositivos de comunicação alternativa, tem permitido que alunos com diferentes tipos de deficiência tenham acesso a diversos conteúdos de forma mais autônoma e eficaz.

A formação contínua de professores também é uma perspectiva positiva para a melhoria da educação inclusiva. Programas de capacitação, como os oferecidos pelo Ministério da Educação e por universidades, têm contribuído para que os educadores se sintam mais preparados para lidar com a diversidade em sala de aula.

Segundo a Lei Brasileira de Inclusão (2015), a educação escolar, no âmbito da educação básica, deve ser oferecida com base na igualdade de condições de acesso e permanência na escola para os alunos com deficiência.

O processo de formulação e implementação de políticas públicas para a inclusão escolar é fundamental para garantir uma educação de qualidade que acolha e respeite as necessidades de todos os estudantes.

A família o dever de garantir à criança o que é típico do domínio privado do lar, ao estado cabe garantir o direito indispensável à criança a educação escolar, pois é ela que faz a transição entre essas duas vias, (Mantoan 2006, p.185).

Os professores são figuras centrais na implementação de políticas inclusivas, pois são responsáveis por traduzir as diretrizes e práticas educativas diárias, por isso, é essencial que as políticas públicas contemple a formação e a capacitação dos professores, valorização e incentivo, apoio pedagógico e recurso, visto que, os professores precisam de acesso a materiais e recursos que ajudem a atender as necessidades de todos os alunos, e políticas que garantam uma remuneração justa, condições de trabalho adequada e oportunidades de crescimento profissional.



A função do professor no processo de inclusão, é fundamental, já que a inclusão exige que os professores estejam preparados para lidar com a diversidade de alunos na sala de aula. O trabalho na diversidade requer, de imediato mudanças nas ações pedagógicas em sala de aula. (Carvalho, 2016., p. 125). Essa atitude busca garantir que a escola seja um espaço acolhedor, adaptado e enriquecedor para todos os alunos independente de suas diferenças, ela requer um compromisso ético, com implementação de políticas e práticas que efetivem o acesso a permanência de todos no ambiente, escolar, valorizando a diversidade e promovendo a igualdade de oportunidades.

4.2. Desafios para os profissionais da educação

Mas o que falta para o profissional da educação no tocante a inclusão na escolarização e no tratamento do aluno com deficiências, pode-se pensar também na resistência desse profissional com relação a questão, uma política de valorização que faça com que o profissional se sinta mais seguro e mais valorizado, um currículo que saia do papel e que seja realmente coerente com as condições da escola e adaptada a cada condição, sejam essas escolas do campo, ribeirinha, da cidade, dentro de uma comunidade muito carente, essa escola precisa ter como foco a comunidade onde ela está inserida.

O profissional que questiona e cobra tanto dos seus colegas dentro dessa escola e que essa escola seja descentralizada, com profissionais voltados aos fazeres pedagógicos e que tenha empatia as dores desses alunos, compreensão e saber que cada um desses alunos tem o seu tempo para aprender e tornar-se maduro o suficiente para conquistar e superar limites.

Como o professor está pensando essa metodologia no seu trabalho com os alunos que mais precisam da sua assistência, com a mesma ideia que trata a todos os outros alunos, qual a linguagem que esse profissional está usando, como ele lida com uma sala com diferentes tipos de cultura, com diferentes singularidades, o que realmente esse profissional está disposto a oferecer de si, para que essa inclusão escolar aconteça, a equipe está jogando junto ou cada um desses profissionais incluídos nesta escola falam diferentes tipos de língua, o conteúdo eu consigo adequar, estamos preparados para ir além do conteúdo, os recursos que são oferecidos pela escola, o professor sabe e entende como deve ser trabalhado.

4.3. Os avanços na inclusão escolar e educação especial

Apesar dos avanços legislativos das políticas públicas que tem promovido a inclusão ainda existem muitos desafios a serem enfrentados a falta de formação adequada para os educadores, como



dita anteriormente, é uma das principais barreiras para a inclusão efetiva já que muitos profissionais não estão preparados para lidar com a diversidade de necessidades dos alunos, a insuficiência de recursos materiais e humanos com salas de recursos multifuncionais e profissionais especializados também limita a efetividade da prática inclusiva.

Inovar significa ter uma atitude aberta à mudanças baseada na reflexão crítica da própria tarefa descobrindo novos caminhos que melhorem a qualidade de ensino e buscando a solução mais adequada a situações novas (Rodrigues, 2006, p.176).

A implementação de programas de capacitação e atualização constantes dos educadores é fundamental para garantir que a educação inclusiva seja realizada de maneira eficaz, além disso, o investimento em tecnologias assistivas com software educativos, aparelhos de auxílio a comunicação, e a criação de ambientes escolares acessíveis é essencial para que todos os estudantes possam participar ativamente do processo de aprendizagem.

4.4. O impacto social da inclusão escolar

A inclusão social e a educação especial têm impactos profundos na sociedade como um todo, elas contribuem para a construção de uma sociedade mais igualitária onde as diferenças respeitadas e o direito de todos são garantidos.

O mundo em que vivemos exige que os educadores desempenhem papéis que vão muito além de transmitir conhecimento e cultura. Assim, nesta fase da evolução histórica de paradigmas não podemos nos limitar a repensar a educação especial, como se sua inexistência pudesse solucionar todos os problemas das escolas. A proposta inclusiva requer outro tipo de mudanças, muito mais amplas, envolvendo a educação como um todo. (Carvalho, 2016, p.141).

A educação inclusiva permite que as pessoas com deficiências e outras necessidades especiais se tornem mais autônomas independentes e ativas no mercado, rompendo barreiras sociais e econômicas.

Além disso, ao incluir crianças com necessidades educacionais especiais em escolas regulares, todos os alunos têm oportunidades de aprender a respeitar a diversidade e a conviver com as diferenças. Isso contribui para a formação do cidadão mais consciente e preparado para atuar em uma sociedade plural, reduzindo atitudes discriminatórias e preconceituosas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudar sobre a inclusão escolar e a educação especial: dificuldades e possibilidades para uma escola inclusiva para todos. As percepções sobre alguns problemas que são observados em



relação ao assunto em especial, ainda é a desinformação, mesmo vivendo no século XXI, algumas forças que atuam sobre a inclusão é a falta de informação por parte dos que trabalham com a educação.

Se a falta de respeito e o desinteresse retrata uma escalada de erros sobre o assunto, com políticas que em alguns casos não alcança essas pessoas a marginalização as torna vítima desse sistema.

Incluir não é apenas oferecer um móvel adequado, dar uma bolsa, coloca na escola, comprar materiais pedagógicos, incluir é tratar com respeito e dignidade, vivenciando a escola todos os dias é perceptível que a inclusão caminha em passos lentos, mesmo sabendo que as vezes os profissionais e as escolas lutam uma luta injusta, onde tem que lutar diariamente até mesmo com a família para que os filhos tenham um mínimo de segurança e acolhimento as condições especiais que vive.

A família não encara a escola como parceira e em alguns casos, não aceitam que o seu filho tenha problemas, seja ela quais forem, seja no sentido de alguma deficiência, seja no sentido de algum problema de cunho emocional, comportamental entre outros.

A corrida da escola em alguns casos é o reverso de uma escada rolante, quanto mais ela tenta subir para alcançar essa família, mais a família recusa, se caso é achar o culpado, evidente que não até porque esse não é o objetivo.

Mas a escola com a criança vive dilemas diários, desde a merenda que em alguns casos não é apropriada para aquela criança que está inserida na escola e que não pode comer a mesma coisa que os outros alunos, até as estruturas dos prédios que não são apropriadas para esse tipo de acolhida as pessoas com alguma deficiência, seja física ou mental.

Os materiais de higiene são precários, em alguns casos onde esses alunos deveriam ser atendidos por profissionais da saúde, como psicólogos e assistentes sociais, são morosos os atendimentos. Mesmo quando o problema chega ao conselho tutelar, por vez a morosidade a desinformação a falta de formação do profissional, pode acarretar em um não atendimento adequado. Podendo ao invés de ajudar incorrer em mais prejuízo para esse aluno.

É evidente que existem políticas, que a legislação ampara esses alunos, mas até que ponto, quanto de energia todas as entidades estão realmente, gastando ou dispostas a gastar com o tema inclusão. Será que “ah, isso é normal” “é assim mesmo” frases como essas são frequentes de escutar dentro de alguns estabelecimentos escolares, “esse ai, não tem jeito, toda a família é assim”, até que ponto estamos incluindo ou excluindo.

Vejo sim que a política avançou, que somente de poder ter dentro da escola esses alunos “diferentes”, creio que seja uma conquista, mas as batalhas são vencidas diariamente, se quando esse aluno entrar em uma sala de aula e realmente tiver um ambiente apropriado para recebe-lo, é complicado trabalhar com um autista, por exemplo, quando a sala de aula é lotada, escura e quente,



não é fácil para a escola trabalhar com um deficiente físico quando no seu ambiente físico não há um banheiro apropriado para receber esse aluno, não é fácil para o professor, em alguns casos ficar sozinho, sem nenhuma assistência, quando tem alunos com déficit cognitivo, alunos com comprometimento na visão, alunos vítimas de agressão entre outras.

Escutar que a escola pública é deficitária e ruim causa para qualquer professor uma baixa estima visto que esse em alguns casos dá o sangue para a escola, mas temos que aprender a trabalhar com essa realidade, que é a da maioria da minoria, a pobreza a marginalização a falta de pessoas que façam a limpeza da escola.

A ideia da escola pública para a inclusão é boa até por que essas ideias são frutos de muito estudo sobre a questão. Questões essas que deveriam ser tratadas com mais seriedade, e essas famílias acolhidas e ensinadas, visto que, os problemas, em alguns casos vem de longe, conforme alguns comentários que se escuta.

Quanto a questão pedagógica a formação do profissional deveria ser entendida como prioridade, pois esses estão na frente da batalha, a escola conta hoje com professores com salários baixos sendo este obrigado a trabalhar em três turnos para dar conta do cuidado com a família, profissionais doentes, estressados, afastados, sem garantia nenhuma, pois em alguns casos são contratados, assim acabando esse contrato o professor deve se vira para sustentar a família, a ideia seria então esse profissional hibernar ele e a sua família que fica desassegurado nos seus momentos afastados da escolas.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado, 1988. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de **Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Diário Oficial da União, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário oficial da união: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.

CARVALHO, R. E. (2016). **Educação Inclusiva: com os Pingos nos “is”**. Porto Alegre-RS: Editora Mediação.

RODRIGUES, D. **Inclusão e Educação: Doze olhares sobre a Educação Inclusiva** (2006). São Paulo- SP: Editora Summus.

LEONARDO, N. S.T, LEAL, Z.F.R.G, FRANCO, A. F. **Educação Escolar e a Apropriação do Conhecimento** (2016).Maringá-PR: Editora Eduem.



MONTOAN, M.T.E. **A Educação Especial no Brasil- Da Exclusão à Inclusão Escolar**, Disponível em: E:/TCC/ARTIGOS%20GOOGLE%20ACADEMICO/doc_1441311060.

LAPLANE, A. L, F, DOMINGUES, C. A, **Letramentos e Minorias** (2017). Porto Alegre, RS: Editora Mediação.

LODI, A. C, B, HARRISON, K, M, P, CAMPOS, S, R, L de, **Leitura e Escrita no Contexto da Diversidade** (2010). Porto Alegre, RS: Editora Mediação.

LODI, A. C, B, HARRISON, K, M, P, CAMPOS, S, R, L de, TESKE, O, **Letramento de Minorias** (2017). Porto Alegre, RS: Editora Mediação.